

# **A HISTÓRIA AMBIENTAL E SUAS REFLEXÕES NA SOCIEDADE E ECONOMIA CAPIXABA DO SÉCULO XIX**

Helder Macedo de HELD<sup>1</sup>  
Paulo Henrique MARTINEZ<sup>2</sup>

Laboratório de História e Meio Ambiente – Unesp/Assis

**Resumo:** A Província do Espírito Santo, desde sua criação mostrou seu caráter agrícola. Trabalhando com essa modalidade econômica, busca-se compreender as características locais da dissociação entre o homem e a natureza, através da metodologia da História Ambiental. Vertente historiográfica marcada por sua versatilidade de conceitos, o que a torna uma importante ferramenta na compreensão da convivência entre as sociedades e seu entorno.

**Palavras -Chave:** História Ambiental, Economia Agrária, Meio Ambiente.

No passado a disciplina da história tinha uma tarefa no âmbito geral mais fácil. O historiador tinha como pressuposto que o único assunto importante era a política e que o único campo de interesse seria o Estado Nacional. Esta velha história, frequentemente praticada por homens com fortes sentimentos nacionalistas levados por motivações patrióticas, emergiu juntamente com o poder e a influência do Estado e alcançou o máximo de aceitação no século XIX e início do XX.

Mas esse conceito da história como a política do passado começou a sair de cena, na medida em que o mundo evoluía para uma visão mais global e, para alguns, mais democrática. Os historiadores e estudiosos começaram a “desenterrar camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas comuns, e tentaram reconceituar a história ‘de baixo para cima’.(...) Aí encontraríamos o que realmente deu forma às superficiais da política”. (Worster, 1991, p.198).

Recentemente, surgiu um novo grupo de reconstrutores, os historiadores ambientais, insistentes na idéia de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente modificador de sociedades e culturas que passaram e/ou passam pela história, descobrindo forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo.

Surgida em meados da década de 1970, essa nova vertente historiográfica procura entender às demandas de sua época. Tempo marcado por discussões e atenção voltada, nas diferentes partes do planeta e grupos sociais, às questões ambientais, configurando o que o geógrafo Wagner Ribeiro denominou como uma “ordem ambiental internacional”, ou melhor, época de reavaliação e reforma cultural em escala global. (Martinez, 2004, p.27).

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp – Assis e Membro do Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA.

<sup>2</sup> Doutor em História Social e Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp – Assis.

A questão ambiental ingressa no século XXI como matriz de inquietações econômico-sociais, fonte geradora de disputas por recursos naturais, como o petróleo, ou a contaminação do ar, dos solos e das fontes de água, rios e mares. Trazendo também grandes desafios na área social, “como a promoção do Desenvolvimento Sustentável, para tentar compatibilizar a exploração da natureza e a ocupação humana dos espaços da biosfera com a manutenção da paz, da qualidade de vida, das condições de saúde, dos direitos humanos, a busca pela igualdade entre os sexos e as faixas etárias, assim como a redução da pobreza”. (Martinez, 2006,p.79).

A ampliação do leque de trabalho do historiador, assim como o da História, fez com que fosse chamado a contribuir para a compreensão e a explicação da diversidade e da complexidade, local e global, da sociedade no século que iniciamos.

Século marcado por um paradoxo: a mesma sociedade que elegeu o meio ambiente como um dos seus temas mais populares, é a mesma na qual o consumo de bens e produtos alcança níveis nunca antes vistos por nenhuma outra sociedade ao longo da história do homem. Fato facilmente observável, através de textos, didáticos ou jornalísticos, de 40 ou 30 anos atrás, onde a grande ênfase era de que  $\frac{3}{4}$  de nosso planeta era composto de água e, especialmente, que o Brasil possuía este bem como poucos lugares do mundo e isso era mais uma garantia do destino gigantesco do nosso país. O grande pressuposto “baseava-se na idéia de abundância a ser usufruída, não do limite”. (Duarte, 2005,p.14)

Portanto, a temática do meio ambiente articula uma série dos chamados “desafios do Milênio”, fazendo da Educação Ambiental no ensino um ponto de intersecção para a reflexão sobre a organização e a transformação social em diferentes épocas e espaços do globo, a partir de ponderações críticas sobre a realidade atual. (Martinez, 2006, p.79).

Com o objetivo de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento das sociedades humanas, levando-se em conta a capacidade dos ecossistemas, assim como as necessidades das gerações futuras, a Organização das Nações Unidas criou o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Naquele momento surgiu um dos conceitos mais utilizados em nossos dias, o de Desenvolvimento Sustentável.

Os trabalhos deste órgão, deram origem ao relatório *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, publicado no ano de 1987, onde se defendia o conceito citado acima, o crescimento econômico como forma de superar a pobreza desde que orientado para um uso menos intensivo de matérias primas e energia, assim como a manutenção de um nível populacional equilibrado e a busca de uma tecnologia de avaliação dos riscos ambientais, visando administra-los.

Assim, a expressão “desenvolvimento sustentável” passou a ser fundamental para um processo de entendimento a respeito do futuro do planeta, ficando clara, ao menos no papel, a necessidade de assegurar, de forma igualitária, o crescimento da economia e a proteção do meio ambiente. De fato, ele é um conceito difícil de ser implementado em um “modelo econômico global concentrador de riquezas, dadas as complexidades de ordem econômica, ecológica e política que marcaram a situação atual do planeta, que exige pronta resposta dos governos a problemas estruturais, que têm levado a perdas significativas da biodiversidade e de qualidade de vida, ao mesmo tempo em que geram carências sociais e econômicas impossíveis de serem reparadas a curto e médio prazo. (Rios, 2005, p.150).

E nesse contexto a educação assume posição de destaque para a construção dos fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função: propiciar “os processos de *mudanças culturais* em direção à instauração de uma ética ecológica e de *mudanças sociais* em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade”. (Programa, 2004, p.13).

E é com esta proposta que muitas instituições de ensino apóiam a formação de educadores que, além de atentam às realidades sociais, conciliem pesquisa e ensino. Entrelaçando as propostas acima descritas, o Laboratório de História e Meio Ambiente, dedica-se ao ensino, pesquisa e à extensão universitária das questões ambientais no conhecimento histórico. Atuando junto ao Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, da Unesp/Assis, o laboratório é um pólo catalisador de debates, estudos, reflexão e, sobretudo, um canal de comunicação e integração entre as realidades social e acadêmica; objetivando uma sócio-participação, integrada a um entendimento crítico dos papéis de cada um dos atuais atores sociais, para assim alcançar o real desenvolvimento, em equilíbrio com o meio ambiente.

A temática ambiental incorporada aos estudos históricos pode contribuir para o conhecimento da sociedade e de suas relações com a natureza, oferecendo importantes ferramentas de trabalho. Para José Augusto Drummond, a história ambiental pode dar “uma compreensão decisiva para entender o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais”. (Drummond, 1991,..195)

Através de um fecundo diálogo interdisciplinar, a história ambiental busca identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedades se constituíram em torno de diferentes recursos naturais, fornecendo uma reflexão crítica sobre os problemas da sociedade sem a preocupação primeira de apontar soluções imediatas aos problemas ambientais. Para Antônio Carlos R. Moraes, a discussão de temas ambientais pelas Ciências Sociais, significa abordar a relação sociedade-natureza na ótica dos fenômenos sociais. Segundo ele, “a perspectiva específica dessa visão é tornar essa relação não como interface de dois domínios, mas observar como a sociedade se articula (em sua lógica e dinâmica própria) para se apropriar e submeter a natureza”.(Oliveira, 2005,p.22).

Mostrando ser o homem, o principal agente modificador da natureza, a seguinte pesquisa, intitulada *Economia e Sociedade: a Dissociação entre Homem e Natureza no Espírito Santo do Século XIX*, trabalha com a visão do afastamento entre o homem e seu meio natural, com a premissa marxista de que a história humana é uma história do distanciamento do homem com a natureza.

Nas sociedades pré-capitalistas, a terra atuava como parte integrante do homem, organicamente vinculada a ele; a terra era o arsenal e o laboratório do homem. A partir do surgimento das sociedades capitalistas, a terra passou a ser utilizada como um meio, uma mercadoria, para a produção de valores de troca. Segundo Marx, o caráter da produção na comunidade primitiva tinha como “única finalidade” a “reprodução do homem e da comunidade. Já no caráter da produção nascida da dissolução da comunidade, o homem “não é mais finalidade da produção, mas a finalidade é a riqueza, a acumulação, a produção para a produção”. (Quaini, 2002, p.93).

Este trabalho busca compreender as características e metodologias, próprias ou não, utilizadas pelo agricultor capixaba no início do século XIX, que marca a dinâmica essa dissociação. Busca-se indícios em políticas públicas e nos tipos de manejo e tecnologias empregadas na lida com o solo, o que marcadamente reflete o comportamento ativo do homem em relação à natureza.

Atualmente, o Espírito Santo é um dos menores Estados brasileiros, cobrindo uma superfície de cerca de 45.000 Km<sup>2</sup>, uma faixa costeira limitada ao norte pela Bahia, a oeste por Minas Gerais e ao sul pelo Rio de Janeiro.

A palavra tupi “*capixaba*”, que significa terreno bom para a lavoura, desde os tempos da colônia designou os habitantes do Espírito Santo. A fertilidade de suas terras permitiu, ao longo de sua história, a floração de culturas como a cana-de-açúcar, o cacau e o café, bem como a exploração e destruição da abundante mata tropical que outrora revestia todo o território espírito-santense.

A fecundidade do solo, na época estudada, chamou a atenção do botânico e viajante Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire. Segundo ele, a fecundidade da terra não podia ser “posta em dúvida”, pois produzia “com igual fecundidade, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, algodão, mandioca” . (Saint-Hilaire, 1936, p.188). Entre as culturas cultivadas destaca-se a de cana-de-açúcar, presente na economia local desde a fundação da capitania em 1534. No período em estudo, contava-se em toda a província 60 engenhos de açúcar e 66 destilarias (idem).

Segundo José Augusto Drummond, “para qualquer povo, a domesticação de plantas ou animais (...) significa necessariamente dividir a natureza em elementos ‘úteis’ e ‘nocivos, sem que essa divisão encontre qualquer correspondência no mundo natural ‘objetivo’ ”. (Drummond, ? , p.5). Para esse mesmo historiador, os sistemas agrícolas são sempre ecossistemas artificiais, desequilibrados, carentes de ajuda humana para a sua continuidade, ou seja, a cultura humana prospera exatamente a partir de desequilíbrios que ela provoca nos ecossistemas. Desequilíbrios que devem ser entendido como uma forma de articulação social pela sua busca incessante pela acumulação de bens.

A pesquisa é respaldada por fontes contemporâneas ao nosso tempo, assim como contemporâneas às datas que tangenciam o estudo (1808-18301), também são utilizados os relatos de personagens da história local e observações de viajantes estrangeiros, buscando compreender o quadro dos recursos úteis e inúteis para a economia e o cotidiano da época.

Dentre eles, destaca-se a figura do francês Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire. Em sua peregrinação pela província, no decorrer do ano de 1818, realizou úteis apontamentos sobre a sociedade e a economia capixaba. (ver figura 1.). Registros encontrados na obra “*Voyage dans le District des Diamans et sur le Littoral du Brésil*”, traduzida para o português sob o título de “*Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*”, formado pelos capítulos VII a XV da obra original, publicada em Paris no ano de 1833.

Como toda fonte utilizada, esses relatos devem passar por um crivo analítico, pois suas entre-linhas, podem esconder as mais variadas utilizações e interesses. Em muitos momentos preconceituosas, as anotações de Saint-Hilaire, ainda assim ajudam a identificar quais os recursos utilizados são nativos ou cravados na cultura local.

O distanciamento entre o ser humano e seu meio, segue a perspectiva de desvalorização da terra como laboratório do homem, para torná-la um meio utilizado para se buscar a acumulação de riquezas e conseqüentemente se chega à diferenciação da sociedade , pobres e abastados.



## **Referências Bibliográficas:**

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n8, p.177-197, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ciência Sócio Ambiental: Notas Sobre uma Abordagem Necessariamente Eclética**.

MARTINEZ, Paulo H.. **Brasil: Desafios para uma História Ambiental**. Nômadias, n.22, abril, p.26-35, 2004.

\_\_\_\_\_. Laboratório de História e Meio Ambiente: Estratégia Institucional na Formação Continuada de Historiadores. **Revista Brasileira de História**: São Paulo, vol. 24, n. 48, p. 233-251, 2004.

\_\_\_\_\_. **Qual história Ensinar ?**. Presença Pedagógica, Vol. 12, n. 68, p. 77-80, 2006.

PROGRAMA Nacional de Educação Ambiental: ProNEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2004.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Trad. L.L. Fernandes. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RIOS, Aurélio V. Veiga & IRIGARAY, Carlos T. H.. **O Direito e o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. 2ed. Brasília - DF: Co-edição Editora de Brasília – S.A. E Instituto Nacional do Livro – MEC, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo**. Trad. Carlos Madeiras. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Coleção Brasiliana. Vol. 71.

\_\_\_\_\_. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Edusp,

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Trad. José Augusto Drummond. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n8, p.177-197, 1991.